

HABEAS CORPUS Nº 570.407 - GO (2020/0079131-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : CAMILLA CRISOSTOMO TAVARES
ADVOGADO : CAMILLA CRISOSTOMO TAVARES - GO040451
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : FERNANDO GOMES DE FARIAS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de FERNANDO GOMES DE FARIAS apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

Depreende-se dos autos que o paciente encontra-se preso preventivamente desde 9/9/2017 pela prática, em tese, do delito inscrito no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de drogas, e-STJ fl. 11).

Segundo a acusação, o paciente foi flagrado, em comparsaria, em posse de 1,500kg (um quilograma e quinhentos gramas) de maconha e 12g (doze gramas) de cocaína (e-STJ fl. 8).

O paciente foi condenado a 6 anos de reclusão, no regime inicialmente fechado (e-STJ fl. 73).

Interposta apelação, foi parcialmente provida para anular a ação a partir da audiência de instrução criminal (e-STJ fls. 81/95).

Daí o presente *writ*, no qual alega a defesa o excesso de prazo da prisão preventiva, uma vez que o ora paciente está custodiado desde 9/9/2017, e o feito retornou ao seu início em razão da anulação operada pela apelação.

Requer, liminarmente e no mérito, a extensão do benefício concedido ao corréu Edigar Pires D'Abadia no HC n. 568.435/GO, por se encontrar na mesma situação de constrangimento ilegal.

É o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa

a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Isso, porque, no caso em tela, parece-me flagrante o excesso de prazo da prisão preventiva visto que o paciente está custodiado desde 9/9/2017 (mais de 31 meses), e a instrução retornou à sua audiência inicial em razão da anulação do feito desde a audiência de instrução determinada pelo Tribunal de origem em julgamento de apelação (e-STJ fls. 81/95).

No mesmo sentido:

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. 1. ADVOGADO CONSTITUÍDO. NÃO COMPARECIMENTO EM AUDIÊNCIA. AUSÊNCIA DE NOMEAÇÃO DE DEFENSOR DATIVO. AMPLA DEFESA. VERTENTE DA DEFESA TÉCNICA. VIOLAÇÃO. 2. EXCESSO DE PRAZO NA PRISÃO. RECONHECIMENTO.

[...]

2. Com a anulação do processo e a necessidade de refazimento da instrução do sumário de culpa é imperioso reconhecer-se o excesso de prazo na segregação do paciente, que se encontra encarcerado há 2 anos e 9 meses.

3. Ordem concedida para, acolhido o parecer ministerial, superando a Súmula 691 do STF, anular o processo, refazendo-se a instrução do sumário de culpa, relaxando-se a prisão do paciente pelo excesso de prazo, mediante a assinatura de termo de compromisso de comparecimento a todos os atos do processo. (HC 178.074/BA, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 28/09/2010, DJe 18/10/2010.)

HABEAS CORPUS. INTERROGATÓRIO REALIZADO PELO SISTEMA DE VIDEOCONFERÊNCIA, EM DATA ANTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI 11.900/2009. NULIDADE. PRECEDENTE. ANULAÇÃO RESTRITA AO ATO DO INTERROGATÓRIO E DO PROCESSO A PARTIR DAS ALEGAÇÕES FINAIS, INCLUSIVE. PREJUDICADAS AS DEMAIS QUESTÕES SUSCITADAS NA IMPETRAÇÃO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO, PARA DETERMINAR O RELAXAMENTO DA PRISÃO, POR EXCESSO DE PRAZO.

[...]

4. Anulada a condenação, resulta manifesto o excesso de prazo da prisão, efetivada há aproximadamente 2 (dois) anos e 4 (quatro) meses.

5. Habeas corpus concedido em parte, para anular o ato do interrogatório e o processo a partir das alegações finais - inclusive -,

Superior Tribunal de Justiça

ficando prejudicadas as demais questões suscitadas na impetração. Concessão da ordem, de ofício, para relaxar a prisão, em razão do excesso de prazo verificado, sob compromisso de comparecimento a todos os atos do processo. (HC 132.416/SP, relator Ministro CELSO LIMONGI, Desembargador convocado do TJSP, SEXTA TURMA, julgado em 05/04/2010, DJe 07/06/2010.)

Tal o contexto, **defiro a liminar** para que o paciente possa aguardar em liberdade o julgamento do mérito do presente *habeas corpus*, salvo se por outro motivo estiver preso.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau – em especial o envio de cópia de eventuais decisões sobre pedidos de revogação/relaxamento da prisão preventiva – e ao Tribunal de Justiça, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator